

Aula 18

A QUESTÃO AGRÁRIA NA TRANSIÇÃO À DEMOCRACIA NO BRASIL

META

Apresentar, a partir do filme Terra para Rose, de Tetê Moraes (1987), a questão agrária na Nova República, acompanhando o processo de ocupação de uma fazenda no Rio Grande do Sul, a Anoni.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- estabelecer a incapacidade do sistema político brasileiro em encontrar mecanismos institucionais de encaminhamento e reconhecimento das demandas dos trabalhadores rurais;
- reconhecer o surgimento do MST como um dos efeitos do fracasso da política de colonização dos governos militares; e
- definir a construção do MST como principal interlocutor da luta pela reforma agrária no Brasil contemporâneo.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá revisar a aula 13, referente as Ligas Camponesas nos anos 1950-1960.

Antônio Fernando de Araújo Sá

INTRODUÇÃO

Caro aluno. Na aula passada, falamos sobre o processo de transição da ditadura militar ao regime democrático brasileiro, mostramos a operação de deslizamento efetuada pelos atores dessa transição, tanto colaboradores quanto opositores, no sentido do esquecimento do tempo presente, entendendo o direito ao passado como um dos fundamentos da cidadania.

Na aula de hoje, situaremos a questão agrária no processo de redemocratização brasileira. Abordaremos sobre a construção de um movimento social e popular que buscava firmar entre múltiplos atores e identidades sociais, uma identidade única, o MST.

Analisaremos o filme de Tetê Moraes, Terra Para Rose (1987), sobre a questão agrária na Nova República, na qual possibilita pensarmos a emergência de um movimento decisivo para a democratização da terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para uma melhor compreensão do conteúdo de hoje, é preciso que você tenha cumprido com o pré-requisito solicitado, retomando a leitura sobre as Ligas Camponesas nos anos 50 e 60 da aula 13.



DVD do filme Terra para Rose

QUESTÃO AGRÁRIA

Aredemocratização no Brasil nos anos 1980 recoloca no centro do debate político a questão agrária, e a cinematografia brasileira participa, decisivamente, nesta discussão com dois filmes: *Cabra Marcado pra Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, e *Terra para Rose* (1987), de Tetê Moraes. Ainda que, de forma diferenciada, esses filmes trazem à tona a luta dos trabalhadores rurais pela conquista da terra.

Como vimos na aula 13, o filme de Eduardo Coutinho causou grande impacto no cenário político e cultural brasileiro por trazer à tona a questão da memória camponesa dos anos 1960. No final dos anos 70 e ao longo dos anos 80, em diversas regiões, percebemos o ressurgimento das mobilizações e manifestações de trabalhadores rurais, além da emergência de diferentes segmentos sociais do campo na cena política - posseiros, sem terra, dos atingidos pelas barragens, índios, proletários rurais -, e da marcante presença da Igreja Católica, especialmente após a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1975, e da atuação, ao nível sindical, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Este movimento vai ser posteriormente aglutinado em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, ainda que o relacionamento com o movimento sindical dos trabalhadores rurais, ligados à CONTAG, seja, às vezes, tenso.

No início dos anos 70, a concentração da terra em todo o Brasil e a progressiva ocupação da região amazônica por parte de grupos econômicos estrangeiros e do sul do país, com incentivos fiscais da SUDAM, criaram conflitos com os pequenos proprietários, índios e posseiros, junto aos quais a Igreja trabalhava. É do apoio e defesa a estes trabalhadores, índios e posseiros que, ao longo dos anos 70, o bispo de São Félix do Araguaia/MT, D. Pedro Casaldáliga, vai aglutinar outros prelados da região, na tentativa de uma intervenção mais articulada da Igreja na questão da terra. Em junho de 1975, durante um Encontro de Bispos da Amazônia sobre Terra e Migrações, realizado em Goiânia/GO, é criada uma “Comissão de Terras”, coordenada por D. Moacyr Grechi, da prelazia do Acre e Purus. Segundo MOURA, “os 67 agentes de pastoral (bispos, padres, freiras e leigos) presentes constataram que a situação de cada uma das 27 prelazias e dioceses ali representadas era, com pequenas variações, comum a todas as outras: a expansão do latifúndio, que expulsava os posseiros e desmatava áreas imensas; a escravização dos peões nas fazendas; a ineficiência ou cumplicidade do INCRA nos casos de pressões dos grandes empresários e grileiros (...); a omissão das autoridades, sobretudo judiciárias, diante das violências dos jagunços e policiais, etc.” (MOURA in SALEM, 1981: 87).

Três meses depois, em outubro, uma nova reunião, também em Goiânia, decidiu pela criação da Comissão Pastoral da Terra, ficando como

secretário-executivo o Padre Ivo Polleto, com mandato para exercer até o final de 1980. De Goiânia, ele ficaria incumbido de instalar o secretariado nacional e a organização das regionais em outros pontos do país, já que a Igreja Católica percebeu que não se poderia atuar somente no âmbito da Amazônia Legal, pois os problemas eram comuns a todo o Brasil.

Neste momento, não se tratava de formar novos quadros de agentes de pastoral, mas sim trabalhar, assessorar e estimular aqueles que já atuavam nas bases e socializar as experiências mais avançadas. Neste sentido, com a reestruturação interna da Igreja, novos agentes são incorporados às atividades da CPT, especialmente o agente pastoral leigo voluntário, quase sempre egresso dos centros urbanos, que vai se engajar nas prelaças e dioceses do interior do país, ora lecionando ou cuidando das paróquias, ora animando a formação de clubes de mães, associações e sindicatos de trabalhadores.

Muitos destes agentes da CPT vão enfrentar as agruras que os trabalhadores rurais, posseiros e índios passavam no que se refere à violência, com prisões, espancamentos, correspondência censurada ou no caso de padres estrangeiros, a expulsão do país. Mesmo assim, com a repressão por parte dos representantes do governo e do capital ou a resistência dos setores conservadores da própria Igreja, os trabalhos da Pastoral são ampliados por todo o país, por meio de 18 regionais.

Esta tendência se consolidará no famoso documento “Igreja e Problemas da Terra”, datado de fevereiro de 1980 e aprovado por ampla maioria da cúpula eclesiástica em Itaiaci/SP, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) declara sua condenação ao capitalismo, pautando-se na experiência da Pastoral da Terra diante dos conflitos sociais da época no campo. Isto pode ser percebido com a declaração que arremata o documento:

“Entendemos que a problemática dos trabalhadores rurais e urbanos e a problemática da terra só terão solução verdadeira se forem mudadas a



Trabalhador rural (SP)(Fonte: www.amparo.sp.gov.br).

mentalidade e a estrutura em que funciona a nossa sociedade. Enquanto o sistema político-econômico estiver a favor dos lucros do pequeno número de capitalistas, e enquanto o modelo educacional servir de instrumento de manutenção desse sistema, inclusive desestimulando a vida rural e seus valores, então não terá solução verdadeira a situação de injustiça e de exploração de trabalho na maioria.

“Por outro lado, reconhecemos que a experiência e a criatividade de nosso povo que cultiva a terra podem indicar caminhos novos para o aproveitamento de tecnologias alternativas e de formas comunitárias e cooperativas de uso dos instrumentos de trabalho” (Cf. SALEM, 1981: 61-62)

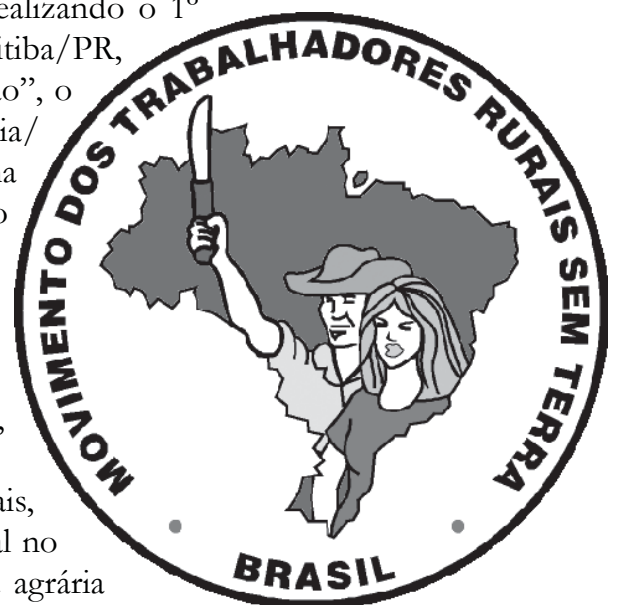
A partir de 1978, intensificaram, em várias regiões do país, as lutas de agricultores sem terra pela posse da terra, como foi o caso da Fazenda Macali e a Fazenda Brilhante no Rio Grande do Sul; em Santa Catarina, a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo Erê; em São Paulo, na Fazenda Primavera, em Andradina; no Paraná, por conta da luta dos agricultores contra a indenização proporcionada pela hidrelétrica de Itaipu, e que se desdobrou no MASTRO (Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Paraná) etc.

Os líderes destas lutas, travadas de forma individualizada, começam, a partir de 1981, com o incentivo da CPT, a trocar experiências em encontros locais, regionais e, por fim, como resultado da articulação das várias frentes de luta, realiza-se o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel/PR. Surge, então, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que representa, ao nível nacional, um movimento de camponeses sem-terra que lutam pela terra e reforma agrária. É importante destacar que os sem-terra não se defendem, mas tomam a iniciativa, ocupando áreas e, sobretudo, organizando acampamentos - vide os lemas de seus Congressos Nacionais. Criam situações de fato, obrigando uma intervenção do Estado, através do Poder Judiciário e Executivo (juízes, policiais, técnicos do INCRA, políticos).

O movimento conta com o apoio logístico e direção política de alguns setores da Igreja Católica, particularmente do CPT, ocasionando uma presença político-religiosa bastante intensa nas manifestações e na própria identidade do MST, como pode ser percebido na mística do movimento.

Após sua fundação, o MST passou a articular-se em diversos estados, especialmente no sul e nordeste do Brasil, realizando o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra, em Curitiba/PR, em 1985, com o lema “A ocupação é a solução”, o IIº Congresso Nacional, em 1990, em Brasília/DF, com quatro mil delegados, tendo como lema “Ocupar, resistir e Produzir”, e o IIIº Congresso Nacional, também em Brasília/DF, em julho de 1995, com a presença de cinco mil delegados. Neste momento, o MST conseguiu se impor no centro das discussões da vida política do país, com o lema “reforma agrária, uma luta de todos”, estando organizados em 19 estados.

Além dos congressos nacionais e regionais, vale destacar a atuação deste movimento social no sentido da implementação prática da reforma agrária no Brasil, através de uma série de intervenções políticas e educacionais, dentre as quais destacamos a criação do Setor Cooperativista dos Assentados, que desembocaria na Confederação das Cooperativas



de Reforma Agrária do Brasil Ltda - CONCRAB, em 1992, e o Setor de Educação, que organiza cursos de formação de professores para os assentamentos, publicações e, especialmente, uma metodologia voltada para o ensino das crianças do campo.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais também vai ressurgir no final dos anos 70, em continuidade com o movimento operário urbano, dando prioridade às campanhas salariais e melhores condições de vida para o trabalhador. Esta atuação intencionava mobilizar a classe a associar-se aos sindicatos, mas mantinham ainda uma função assistencialista, sobretudo através do Funrural, que viabilizava a aposentadoria do trabalhador rural com idade avançada. A reativação do movimento sindical está ligado ao desejo do trabalhador rural em atenuar a pressão dos patrões e efetivar o reconhecimento de seus direitos. Até 1968, a Contag, fundada em 1963 em uma aliança entre uma facção da Igreja, o PCB e a Ação Popular, ficou sob a direção dos interventores designados pelo regime militar. Posteriormente, em 1969, na busca da afirmação da independência e autonomia frente às correntes políticas ligadas à Igreja Católica, os sindicalistas retomaram a Contag para viabilizar sua representação e a própria construção do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais a nível nacional.

Após a conquista da Contag pelo pernambucano José Francisco da Silva, esta entidade interviu positivamente nos conflitos sociais que vinham a público, no sentido de inibir que as federações ou sindicatos a ela ligados realizassem alianças com políticos ou grandes proprietários locais. Nesta perspectiva, a atuação da Contag teve efeitos no sentido de assegurar a continuidade das lutas e articulação nacional dos trabalhadores rurais (NOVAES, 1994: 22).

Por outro lado, diferentemente dos países europeus e latino-americanos, o sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil fez da luta pela terra o denominador comum de todas as categorias, confluindo, assim, interesses do sindicalismo rural e a pequena produção agrícola, na perspectiva de torná-la uma meta sindical. Nesta direção, o 3º Congresso da Contag, em 1979, reafirmou a luta pela reforma agrária, a anistia e a democracia, homenageando os lavradores e perseguidos políticos pela ditadura militar. É da mesma época, a publicação de um livro-relatório, pela editora Marco Zero, sobre sua atuação e dos sindicatos a ela filiados - *A Luta Camponesa no Brasil/1980*.

Até 1985, a Contag era a principal referência no movimento sindical dos trabalhadores rurais, como pode ser visto nos arquivos desta entidade onde existem uma dezena de cartas de comunidades camponesas ligadas à Igreja Católica, denunciando omissões de sindicatos e federações do Nordeste e solicitando a presença da Confederação.

Nesta época, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) intervém no sindicalismo rural, propondo a expansão das idéias ligadas ao novo sindi-

calismo ao âmbito do campo, através da criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR-CUT), sob a liderança de Avelino Ganzer. Segundo este líder, “a participação dos trabalhadores rurais, basicamente pequenos proprietários, através de seus sindicatos, na criação da CUT é uma realidade que nós não podemos esquecer” (MEDEIROS, s/d: 14). Contudo, Ganzer afirma que a CUT está voltada basicamente para os setores urbanos. Por isso, há uma visão “urbanista” do campo dentro do movimento sindical cutista, pois o camponês tem seu jeito, sua forma de ver as coisas, sua cultura, que se assentam na sua relação com a natureza, o que o torna diferente do operário urbano. O apoio de setores da Igreja Católica foi muito importante para a ampliação desta intervenção do novo sindicalismo no campo, especialmente a CPT sem, contudo, a ela se subordinar.

As relações do MST com o movimento sindical do campo são, por vezes, tensas. Apesar de se autodefinir como “articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical” e de estar em alguns municípios ao lado de sindicatos ligados especialmente ao novo sindicalismo, o MST tem sua agilidade e desenvoltura na sua própria organização interna e no apoio logístico e político da Igreja Católica. Com relação ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, este movimento social tem dificuldade de se fazer reconhecer diante da CONTAG e das Federações exatamente por sua autonomia e não submissão aos interesses da direção e disciplina destes (GRZYBOWSKI, 1991: 22-24).

Do processo de redemocratização no Brasil, talvez o acontecimento mais importante seja o surgimento de um forte movimento social, autônomo, desvinculado de partidos políticos e de governos, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), consolidado na década de 1990, com uma intensa mobilização que ganhou as ruas das principais cidades brasileiras. Um acontecimento sangrento marcou a consolidação deste movimento social camponês: o massacre de Eldorado dos Carajás (1996), no sul do Pará (LINHARES & TEIXEIRA, 1999: p. 207).



© www.marcelomin.com.br © www.fotogarrafa.com.br
Acampamento do MST, às margens do Rio São Francisco. Foto, 2001.

SOBRE A TERRA DE ROSE: CINEMA E A QUESTÃO AGRÁRIA NA NOVA REPÚBLICA

Nascida no Rio de Janeiro, em 1943, Tetê Moraes (Maria Tereza Porciúncula de Moraes) é jornalista e cineasta que atuou, nos anos 1960, no *Correio da Manhã* e na revista *Visão*. Em 1970, faz mestrado em Comunicação na American University e curso de VT no Helena Solderb Ladd na pesquisa e preparação dos filmes *Double Day* e *Simplesmente Jenny*, sobre a mulher na América Latina. Em 1979, retorna ao Brasil e torna-se professora da PUC-RJ. Dirige os documentários em 16 mm *Quando a rua vira casa* (1981) e *Lages, a força de um povo*, sobre a participação popular na gestão municipal em Lages, em Santa Catarina. Mas foi com *Terra para Rose* (1987), sobre a luta dos trabalhadores rurais sem terra pela reforma agrária, que a diretora ganhou visibilidade no mundo do cinema brasileiro, colecionando inclusive vários prêmios como o de melhor filme no XX Festival de Cinema Brasileiro (1987), em Brasília, o de melhor filme no 9º Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano, em Havana, Cuba (1987), melhor filme na 17ª Jornada de Cinema da Bahia (1998), entre outros (MIRANDA, 1990: p. 229).

A idéia do filme surgiu em uma de suas viagens pelo Brasil, para a produção de uma série de documentários para a BBC de Londres. Financiada pela EMBRAFILME, a diretora conseguiu recursos técnicos e filme virgem para filmar a ocupação da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, na época da Nova República. Acompanhada dos fotógrafos Walter Carvalho e Fernando Duarte, Tetê Moraes filmou, em quatro etapas, a ocupação da terra, a grande marcha dos sem-terra a Porto Alegre, o acampamento na frente da Assembléia Legislativa, a longa espera por uma solução do caso e o retorno à terra prometida.

Em seus 85 minutos, o olhar assumidamente feminino da luta camponesa na Nova República, em que sobressaiu o depoimento de Rose que chegara ali a dois anos e teve seu filho, Marcos, a 28 de outubro de 1985. Tragicamente, em 31 de março de 1987, essa liderança do acampamento da Fazenda Anoni morreu atropelada por um caminhão.

Marcelo Hernandez Macedo afirma que o filme tratou com densidade temas como a influência da Igreja, os rituais religiosos e políticos, os conflitos e as negociações com representantes do Estado, a vida difícil no acampamento, a ligação com a terra e o aprendizado da convivência comunitária. O filme é dividido em quatro blocos. No primeiro, intitulado “A Promessa”, a questão agrária no Brasil é relatada pela narradora com dados que justificavam a luta dos trabalhadores rurais sem terra. Por exemplo, em 1987, dos 4,5 milhões de proprietários de terra, 170 mil eram donos da metade da área agrícola e responsáveis por apenas 16% da produção agropecuária e existiam 12 milhões de famílias sem terra no país. O segundo bloco do

filme, “A Pressão”, centra-se na luta propriamente dita dos trabalhadores rurais. No terceiro bloco, “O Sonho”, através de entrevistas com personagens do acampamento, temos a emoção da experiência destes trabalhadores. Por fim, no quarto bloco, “A Trégua”, é o momento da desapropriação da fazenda Anoni e o assentamento de parte das famílias acampadas. Nesta parte, registra-se a morte de Rose, personagem que dá título ao filme, atropelada por um caminhão durante uma manifestação no trevo de Sarandi, em 31 de março de 1987 (MACEDO, 2000: 112).



Cenas do filme Terra para Rose.

Um aspecto que deve ser destacado no filme é a narração emocionada de Lucélia Santos, que articula a narrativa, principalmente em dois momentos: na contextualização do tema e no conflito com a polícia. As entrevistas são realizadas de modo a trazer uma aproximação do espectador com os personagens de Terra para Rose. A edição dinâmica torna a narrativa ágil e agradável, mas também revela a opção pela defesa da luta dos trabalhadores rurais, especialmente quando ridiculariza a fala do proprietário da Fazenda Anoni.

Como ressalta MACEDO (2000: p. 114-115), o fundo musical ajuda a contextualização do processo de luta pela terra, quando as canções são entoadas pelos próprios trabalhadores nos atos políticos e religiosos. Aqui a presença da Igreja, tanto através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), quanto das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), é revelada nas músicas, especialmente nos momentos de oração e na celebração da mística do MST, elemento fundamental para a construção da identidade do movimento, na medida em que reforçam os laços de solidariedade entre cada trabalhador e o movimento.

Outro aspecto de destaque do filme é a experiência de pobreza dos trabalhadores rurais no processo de assentamento, quando se registram, em imagens e depoimentos, os pés descalços e a constante presença da fome nos acampamentos. Mas também, a vontade de lutar por um pedaço de terra está presente em imagens fortes, quando do confronto com a

polícia em Porto Alegre, quando aparecem trabalhadores e mesmo crianças ensangüentados. Macedo (2000: p. 116) identifica uma imagem representativa do Estado como monopolizador da força física, em contraponto à fragilidade dos trabalhadores, quando temos um corte seco de um trabalhador com pés descalços para a imponente bota de um policial que cerca a Fazenda ocupada.



Cenas do documentário Terra para Rose

No filme se explicita a forte ligação dos trabalhadores com a terra, pois aparecem em depoimentos a saudade da vida rural durante o acampamento em Porto Alegre, quando, por exemplo, Serly reclama da ausência de um lugar para seus filhos brincarem e do tédio de estar ali (MACEDO, 2000: p. 116).

Mas como registra Aramis Millarch, no jornal Estado do Paraná de 25 de outubro de 1987, Terra para Rose pode ser considerado o documentário do ano de 1987, na medida em que, com a colaboração de José Joffily Filho no roteiro, conseguiu elaborar uma crítica contundente contra a política de reforma agrária da Nova República. Com imagens de arquivo, especialmente vídeos de televisão, Tetê Moraes emociona o espectador quando expõe a marcha até Porto Alegre, com a participação de cerca de 60 mil pessoas ou mesmo no início do filme ao ouvirmos o hino nacional cantado em passeata, com a presença da bandeira brasileira.

Por certo, a parte mais pujante do filme é o confronto entre as imagens do poder e da exclusão, mesclando, com a câmara de Walter Carvalho e de Fernando Duarte, o choque entre as barracas de lona e imagens de Brasília. Mas as seqüências mais impressionantes são as imagens do ataque da Brigada Militar contra o acampamento dos trabalhadores rurais sem-terra.

Esse filme poético e político tornou-se uma referência fundamental sobre a questão agrária no Brasil, tanto por seu pioneirismo, ao revelar

o processo de construção do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), quanto pela qualidade técnica e a multiplicidade de aspectos abordados.



Elabore um levantamento das ocupações de terra em sua região, tentando perceber a importância do MST na organização dos trabalhadores rurais. Tire fotografias, realize entrevistas e depois produza um texto de duas páginas em forma de relatório sobre o assunto.

CONCLUSÃO

Caro aluno, a grande novidade no cenário político brasileiro é a emergência de um movimento social autônomo, o MST, que através da mobilização e estratégias de pressão, principalmente ocupações de terra e de prédios públicos, produz fatos políticos que lhe garantem visibilidade na mídia brasileira. Podemos afirmar que esse movimento é produto da modernização conservadora do campo brasileiro durante o regime militar que levaram à eclosão de inúmeros conflitos, envolvendo os mais variados atores políticos. É interessante observar que a emergência dos trabalhadores rurais na cena pública se dá paralelamente ao refluxo das grandes mobilizações dos trabalhadores urbanos, depois das grandes greves operárias no ABC paulista no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

GRYNSZPAN (2003: p. 331) afirma que o surgimento do MST foi um dos efeitos do fracasso da política de colonização dos governos militares. Com o processo de grilagem da terra nas frentes de colonização, a figura do posseiro se afirmou como um dos protagonistas da luta pela terra, tendo para isso o papel decisivo da Igreja Católica, especialmente da decisiva participação da CPT.

A riqueza do filme aqui analisado foi exatamente expor esse processo de construção do MST, de forma poética, mas também política, quando mostra que a luta dos trabalhadores rurais sem terra forçou o governo da Nova República a desapropriar e promover assentamentos, como foi o caso da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul. Deste modo, através das ocupações, o MST tornou-se o principal interlocutor da luta pela reforma agrária no Brasil contemporâneo.



RESUMO

Através do belo filme de Tetê Moraes, situamos a questão agrária no processo de redemocratização brasileira, quando novos atores políticos e sociais emergem como fruto da incapacidade do sistema político brasileiro em encontrar mecanismos institucionais de encaminhamento e reconhecimento das demandas dos trabalhadores rurais.

Assim, a grande novidade no cenário política brasileiro depois da redemocratização é a construção de um movimento social e popular, o MST, que vem procurando se afirmar entre múltiplos atores e identidades sociais como posseiros, bóias-frias, clandestinos, volantes, colonos, agricultores, pequenos produtores, atingidos pelas barragens, acampados etc., como movimento mais amplo que tem como identidade única: os sem terra. Foi através da ação política – ocupações, marchas, passeatas, acampamentos, invasões de sedes do INCRA – que se produziu e se afirmou essa nova identidade.

MOMENTO DE REFLEXÃO “PASTORAL DA TERRA”

“Dom Pedro Casaldágia, ao ser ungido bispo de São Félix do Araguaia, em 1971, lançou aquele grito que ecoou fortemente na Igreja e no país. Foi a carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. Não se tratava de uma situação, nem de um posicionamento isolados. Aquele documento expressava simplesmente, com meridiana clareza e com singular audácia, as conseqüências da desastrosa política do “milagre brasileiro” levada à Amazônia pela ditadura militar em cumplicidade com o empresariado, atropelando índios e posseiros. Nem se tratava apenas da Amazônia. De todas as partes chegavam notícias de repressão contra grupos de trabalhadores rurais e contra agentes de pastoral que os acompanhassem ou apoiassem.

Daí a proposta unanimemente aceita da criação de um serviço que articulasse os diversos grupos de agentes solidários com os camponeses e prestasse a eles um serviço eficaz. Foi o primeiro esboço do que veio a acontecer em Goiânia em junho de 1975, o nascimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sendo pastor daquela Igreja dom Fernando Gomes dos Santos. A CPT nasceu no momento do avanço do grande capital em direção à Amazônia à custa do genocídio dos povos indígenas

e do massacre dos camponeses, com total impunidade para militares e pistoleiros. A CPT, ao interferir naquele processo brutal, adquiriu uma importância histórica, acima do que poderiam prever os seus agentes de pastoral. José de Souza Martins assim escreveu: “A fundação da CPT institui uma nova mediação na expressão da vontade política desse novo agente do processo de transformação social no Brasil, desse novo sujeito de nossa História... Estimula o aparecimento dos movimentos sociais... Estimula a que os trabalhadores não abram mão



Dom Fernando Gomes. (Fonte: <http://idf.ucg.br>).

das outras dimensões da sua luta, que não se reduzem ao sindical e ao econômico, à questão da sobrevivência imediata. Ela proclama que sem dignidade não há vida verdadeira”. E o mesmo autor assim expressa a sua leitura sobre o caráter deste serviço pastoral: “A CPT não é apenas uma Comissão Pastoral da Terra. A CPT é sobretudo e fundamentalmente, uma Comissão Pastoral da Vida

Aquela intuição de Medellín, o pobre sujeito, é uma das grandes luzes da CPT. A densa e perigosa experiência dos seus primeiros cinco anos tornou-se uma espécie de doutrina social da terra assumida pela CNBB. Com efeito, a Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro de 1980 elaborou e aprovou o documento “Igreja e os problemas da terra”. Não posso deixar de citar os três maiores compromissos dos bispos: “Nossa atuação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações e outras formas de cooperação, para que sejam realmente organismos autônomos e livres, defendendo os interesses e coordenando as reivindicações de seus membros e de toda sua classe.

Reafirmamos o nosso apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores, colocando as nossas forças e os nossos meios a serviço de sua causa.

Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica



Reforma Agrária... Apoiamos igualmente a mobilização dos trabalhadores para exigirem a aplicação e/ou a reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária, trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população” (p. 34-35).

CPT e CIMI são pastorais chamadas de fronteira, por atuarem não apenas no seio da Instituição eclesial, mas no universo profano, social, político e econômico. Mas ambas têm tido uma benéfica influência na pastoral de conjunto. A CPT, com efeito, mesmo tendo, por estatuto, um bispo na sua presidência e religiosos entre seus membros, age como um organismo tipicamente do laicato. E como tal, vive uma sã autonomia. Há um referencial bíblico e teológico, como exigência profunda do seu pessoal engajado de “dar razão de sua esperança”.

O grupo move-se entre as lutas de apoio aos oprimidos e a reflexão sobre a Teologia da Terra, de onde nascem as intuições da legitimidade de muitas ações dos camponeses, como, por exemplo, as ocupações da terra.

A sacralização da luta pela terra, que, aliás, integra a mística de todas as Romarias da Terra, hoje também chamadas das Águas, está em perfeita continuidade com aquela religiosidade dos sertanejos de Canudos, que mantinham uma profunda harmonia entre as expressões de fé e a ação guerreira de defesa do povo”.

BALDUÍNO, D. Tomás. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural. In: Estudos Avançados. Vol. 15, n. 43. São Paulo Set./Dec. 2001.



ATIVIDADES

A partir da leitura do depoimento de D. Tomás Balduino desenvolva as seguintes questões:

1. Como surgiram as Pastorais de fronteira no contexto do compromisso pastoral da Igreja Católica no Brasil nos anos 1970, contra a modernização conservadora no campo patrocinado pelo Estado autoritário?
2. Qual foi o papel da Igreja Católica na luta pela reforma agrária no Brasil, a partir do documento “A Igreja e os Problemas da Terra” (1980)?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a Nova República**. Recife: ASA Pernambuco, 1987.
- FILHO, Evaristo de Moraes et al. **Trabalhadores, sindicatos e política**. São Paulo: Global/CEDEC, s/d.
- GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-64 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/FASE, 1991.
- IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KOUTZII, Flávio (org.). **Nova República: um balanço**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MACEDO, Marcelo Hernandez. Terra para Rose e O Sonho de Rose (10 anos depois...). In: **Cadernos de Antropologia e imagem**. Rio de Janeiro, 11(2): 111-119, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo, Hucitec, 1982.
- MEDEIROS, Leonilde (coord.). **Sindicalismo no campo: avaliação, perspectivas e desafios**. Rio de Janeiro: CEDI, s/d.
- MILLARCH, Aramis. Terra para Rose: o documentário do ano. In: **Estado do Paraná**. 25 de outubro de 1987. Capturado, em 31 de maio de 2007. Disponível em: www.millarch.org.
- MIRANDA, Luis F. A. – **Dicionário de Cineastas Brasileiros**. São Paulo: Art Editora/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990.
- MOURA, Margarida M. **Camponeses**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.
- NOVAES, Regina Reyes. Nordeste, **Estado e sindicalismo: o PAPP em questão**. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.
- REGO, Nelson. A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e o seu significado para o Movimento dos Sem-Terra. **Terra Livre**. São Paulo, Marco Zero/AGB, julho de 1988.
- SALEM, Helena (coord.). **A igreja dos oprimidos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981.

SILVA, Rosemiro M. da; LOPES, Eliano S. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. São Cristóvão/Aracaju, EDUFS/Secretaria de Agricultura, 1996.

STÉDILE, João Pedro; GORGEN, Sérgio A. **A luta pela terra no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Scritta, 1996.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANCA, 1994.

TEIXEIRA, Erly C.; VIEIRA, Wilson da C. (eds.). **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa: UFV, 1996.